

PODER EXECUTIVO DE PEJUÇARA



PROVA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2022

CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEJUÇARA

30/07/2022

DURAÇÃO DA PROVA: 2 HORAS

HORÁRIO: 9h

**USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO – NÃO  
PREENCHER**

Nº DO CARTÃO RESPOSTA:

-----

NOME COMPLETO DO (A) CANDIDATO (A):

\_\_\_\_\_

**Instruções:**

Verifique, no caderno de provas, se:

- Faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- Há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

**Atenção!**

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas. Diferentes de respostas (a,b,c,d,e). Apenas uma constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- Não é permitido lançar qualquer informação na grade de resposta que propicie a sua identificação.
- É dever do candidato acompanhar o preenchimento do campo “uso exclusivo da comissão”, no término da prova.
- As provas não serão entregues aos candidatos, sendo, porém, permitida vista e cópia no ambiente da Prefeitura durante o prazo de recurso;
- Dever do candidato identificar a prova com seu nome de forma legível;
- A única folha que o (a) candidato (a) poderá levar é a de nº 9, que consta a cópia da grade do cartão resposta.

## LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

---

- 1) A Lei orgânica do Município de Pejuçara/RS, quando trata do direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no seu território, dispõe que:
- a) O Município tem direito à participação no resultado, ou compensação financeira por essa exploração.
  - b) Somente cabe participação na exploração do gás natural.
  - c) Somente cabe participação na exploração do petróleo.
  - d) Somente cabe participação na exploração dos recursos hídricos.
  - e) O Município não tem direito algum à participação.
- 2) Ainda, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, quando trata da possibilidade de doação de bens públicos, dispõe que:
- a) A doação de bens públicos dependerá de prévia autorização do conselho de cidadãos municipais (CCM), e a escritura respectiva deverá conter cláusula de reversão no caso de descumprimento das condições estabelecidas.
  - b) A doação de bens públicos dependerá de prévia autorização do Legislativo, e a escritura respectiva deverá conter cláusula de reversão no caso de descumprimento das condições estabelecidas.
  - c) A doação de bens públicos dependerá de prévia autorização do Legislativo, e a escritura respectiva não poderá conter qualquer cláusula de reversão no caso de descumprimento das condições estabelecidas.
  - d) A doação de bens públicos dependerá de prévia autorização do Governo Estadual, mediante pedido de autorização encaminhado diretamente ao Gabinete do Governador, e a escritura respectiva deverá conter cláusula de reversão no caso de descumprimento das condições estabelecidas.
  - e) A doação de bens públicos não depende de qualquer autorização.
- 3) Ainda, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, é de competência privativa do Município de Pejuçara/RS, **EXCETO**:
- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
  - b) Suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
  - c) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.
  - d) Legislar sobre comércio exterior e interestadual.
  - e) Conceder títulos e honrarias.

**4)** A lei municipal nº 995, de 23 de outubro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico do Município, quando trata da prestação de serviços extraordinários, dispõe que:

- a) Pela prestação de serviços em horário extraordinário, o servidor faz jus a uma gratificação, calculada com base no valor de sua remuneração por hora, acrescido de cinquenta por cento, quando se tratar de trabalho em dias de repouso normal do servidor ou em feriados legais, ou de cem por cento, quando se tratar de trabalho em outros dias.
- b) Pela prestação de serviços em horário extraordinário, o servidor faz jus a uma gratificação, calculada com base no valor de sua remuneração por hora, acrescido de setenta e cinco por cento, quando se tratar de trabalho em dias de repouso normal do servidor ou em feriados legais, ou de cem por cento, quando se tratar de trabalho em outros dias.
- c) Pela prestação de serviços em horário extraordinário, o servidor faz jus a uma gratificação, calculada com base no valor de sua remuneração por hora, acrescido de cem por cento, quando se tratar de trabalho em dias de repouso normal do servidor ou em feriados legais, ou de quarenta por cento, quando se tratar de trabalho em outros dias.
- d) Pela prestação de serviços em horário extraordinário, o servidor faz jus a uma gratificação, calculada com base no valor de sua remuneração por hora, acrescido de cem por cento, independente do dia trabalhado.
- e) Pela prestação de serviços em horário extraordinário, o servidor faz jus a uma gratificação, calculada com base no valor de sua remuneração por hora, acrescido de cem por cento, quando se tratar de trabalho em dias de repouso normal do servidor ou em feriados legais, ou de cinquenta por cento, quando se tratar de trabalho em outros dias.

**5)** A lei municipal nº 995, de 23 de outubro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico do Município, quando trata dos adicionais de insalubridade e periculosidade pelo exercício de atividades assim consideradas dispõe que:

- a) O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de quarenta, trinta ou vinte por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo. Já o adicional de periculosidade será de vinte por cento.
- b) O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de trinta, vinte ou dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo. Já o adicional de periculosidade será de trinta por cento.
- c) O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de trinta, vinte ou dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo. Já o adicional de periculosidade será de vinte por cento.
- d) O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de trinta, vinte ou dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo. Já o adicional de periculosidade será de dez por cento.
- e) Independentemente da natureza da atividade, se perigosa ou insalubre, o adicional devido será de 30% por cento, não havendo qualquer previsão legal de diferenciação entre elas.

## QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

---

6) Leia os seguintes enunciados retirados de um texto de Joana de Angelis ([www.facebook.com/joannadeangelisreformaintima](http://www.facebook.com/joannadeangelisreformaintima)) e marque a alternativa na qual o “A(AS)” **NÃO** deveria ter acento indicativo de crase.

- a) “Gratidão às oportunidades de trabalho, conquistas, evolução e progresso.”
- b) “Gratidão à vida que me inspira, me renova e me dá chance de evoluir diariamente.”
- c) “Gratidão à todos os órgãos do meu corpo que funcionam em plena harmonia e perfeição.”
- d) “Gratidão à casa onde moro, que me serve de refúgio e descanso.”
- e) “Gratidão às pessoas que me fizeram bem, porque me senti muito amado e abençoado.”

7) Leia o texto para responder à questão.

### Muito devagar e sempre

Um dos principais fatores a dificultar a retomada da economia nos últimos anos tem sido a exasperante letargia da criação de empregos. Apesar da elevada informalidade no mercado, há sinais de que a situação pode melhorar adiante.

Dados recém-divulgados mostraram a criação líquida de 157,2 mil vagas com carteira assinada em setembro, no resultado mais positivo para o mês desde 2013. Outra novidade é a geração em todos os principais setores, incluindo os mais atingidos pela crise, como a construção civil.

É verdade que os dados totais do mercado de trabalho, coletados pelo IBGE, contam uma história menos favorável. Mostra-se a criação de 1,84 milhão de vagas no período de 12 meses até agosto, com prevalência de ocupações na maior parte mais precárias (95% delas sem carteira ou por conta própria).

Nada menos que 41% da população ocupada está na informalidade, e outras cifras suscitam preocupação. A taxa de desemprego tem caído lentamente – na média do trimestre junho-agosto foram 11,8%, ante 12,1% no período correspondente do ano passado. A desocupação ainda atinge 12,6 milhões de brasileiros.

Embora o desempenho recente recomende cautela, os indícios são de continuidade na abertura de postos de trabalho. Uma coletânea de fatores pode impulsionar gradualmente a economia.

(Editorial. Folha de S.Paulo, 22.10.2019. Adaptado)

Sem prejuízo ao sentido original, o período do quinto parágrafo – Embora o desempenho recente recomende cautela, os indícios são de continuidade na abertura de postos de trabalho. – está reescrito, em conformidade com a norma-padrão, em:

- a) Enquanto o desempenho recente recomenda cautela, os indícios mostram a continuidade na abertura de postos de trabalho.
- b) O desempenho recente recomenda cautela, porque os indícios anunciam à continuidade na abertura de postos de trabalho.

- c) O desempenho recente recomenda cautela, portanto os indícios sugerem a continuidade na abertura de postos de trabalho.
- d) Se o desempenho recente recomenda cautela, os indícios anunciam à continuidade na abertura de postos de trabalho.
- e) Apesar de o desempenho recente recomendar cautela, os indícios sinalizam a continuidade na abertura de postos de trabalho.

**8)** Na frase “Resultado: corri muito, mas não alcancei o ônibus.”, os dois pontos foram corretamente empregados para:

- a) Preceder uma fala direta.
- b) Anunciar um esclarecimento.
- c) Anunciar uma citação.
- d) Indicar uma enumeração.
- e) Acusar suspensão do pensamento.

**9)** Seguem a mesma regra de acentuação:

- a) útil, amável, nível, saudável.
- b) faísca, saúde, herói, máquina.
- c) tórax, hífen, fênix, lápis.
- d) papéis, éter, bíceps, baú.
- e) família, infância, sótão, pêssego.

**10)** “Não sei o \_\_\_\_\_ de ela ter agido assim.” Qual das alternativas abaixo completa corretamente a frase:

- a) por quê
- b) porquê
- c) por que
- d) porque
- e) nenhuma das alternativas está correta.

## QUESTÕES ESPECÍFICAS

---

**11)** Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), acerca do balanço patrimonial, assinale a opção correta.

- a) O ativo financeiro compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- b) O art. 106 da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que entidades governamentais são proibidas de reavaliar ativos.
- c) Passivo financeiro corresponde às obrigações relativas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não tenham sido pagas, bem como às despesas submetidas a processo de execução orçamentária, como as cauções.
- d) Ao final do exercício social, devem ser iguais os valores dos ativos — valores da classe 1 — e os valores dos passivos e do patrimônio líquido — valores da classe 2.
- e) O balanço patrimonial é composto pelos seguintes quadros: principal; ativos e passivos financeiros e de compensação; contas de controle; e quadro de superávit/déficit financeiro.

**12)** Com base no disposto na Lei Complementar n.º 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta:

- a) Em cada período de apuração, a despesa total com pessoal não deve exceder a 50% da receita corrente líquida, no caso dos estados e municípios, e a 60%, no caso da União.
- b) Ao contrário das despesas efetivas, as despesas não efetivas não alteram o patrimônio público, uma vez que estas se constituem de fatos contábeis modificativos.
- c) As receitas e despesas não efetivas são computadas para o cálculo de limites globais da LRF, independentemente da entrada ou saída de caixa.
- d) De acordo com o art. 55 da referida lei, o balanço orçamentário e o demonstrativo das receitas e despesas devem constar do relatório de gestão fiscal.
- e) Restos a pagar correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas para as quais se tenha limite orçamentário suficiente, independentemente dos recursos de caixa disponíveis para honrar os compromissos assumidos.

**13)** Acerca dos demonstrativos contábeis referentes ao setor público, assinale a opção correta à luz das disposições da Lei n.º 4.320/1964.

- a) A dívida flutuante inclui os restos a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- b) As notas explicativas subsidiam a interpretação e a forma de utilização do superávit financeiro, bem como a reabertura de créditos especiais e extraordinários. Além disso, elas contribuem para o entendimento da influência desse superávit e dos referidos créditos no resultado orçamentário, proporcionando uma correta interpretação das informações contábeis.
- c) Quaisquer movimentações financeiras e orçamentárias em caixa de ente governamental dependem de prévia autorização do Poder Legislativo e devem constar do balanço financeiro desse ente.

- d) O balanço orçamentário deve demonstrar as receitas detalhadas por categoria de função, com especificação da previsão inicial, da previsão atualizada para o exercício, da receita realizada e do saldo correspondente a excesso ou déficit de arrecadação.
- e) A demonstração das variações patrimoniais deve evidenciar todas as alterações apuradas no patrimônio, independentemente da execução orçamentária, bem como indicar o resultado patrimonial do exercício. Assim, o resultado patrimonial do período é apurado confrontando-se variações patrimoniais qualitativas aumentativas e diminutivas.

**14)** À luz do disposto na LRF, assinale a opção correta.

- a) O RREO inclui os demonstrativos de pessoal, das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, da receita líquida de impostos e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- b) Com a finalidade de evidenciar os indicadores estabelecidos pela LRF para o equilíbrio das contas públicas com relação a aspectos fiscais, os instrumentos obrigatoriamente utilizados são os relatórios de gestão fiscal (RGF), o relatório resumido da execução orçamentária (RREO) e o balanço orçamentário e patrimonial
- c) Para se efetuar a inscrição em restos a pagar, é necessário determinar a disponibilidade financeira depois de excluídos os valores constantes nas contas de encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício, bem como observar as contas de caixas e equivalentes de cada ente federado, separando-se os compromissos vinculados.
- d) As insubsistências ativas impactam negativamente o resultado patrimonial de um ente, pois são consideradas variações patrimoniais diminutivas no orçamento e no patrimônio desse ente.
- e) A consolidação das contas nacionais, de responsabilidade da Secretaria de Tesouro Nacional, abrange todas as entidades incluídas nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.

**15)** No que se refere aos princípios orçamentários estabelecidos na Lei n.º 4.320/1964 e no MCASP, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade aplicado à administração pública prevê que cabe ao poder público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei orçamentária expressamente autorizar. Nesse sentido, não se deve efetuar despesa que não estiver prevista ou para a qual não haja recurso para executá-la.
- b) O princípio da publicidade estabelece ser dever do ente público divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade.
- c) O princípio da vinculação (afetação) da receita de impostos autoriza ao gestor que assuma um novo governo vincular os impostos conforme as necessidades da gestão que irá desenvolver, criando-se, com isso, uma obrigação definitiva para o ente federado.
- d) Os princípios orçamentários visam prioritariamente estabelecer regras norteadoras específicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de execução e controle do orçamento público.
- e) O princípio da universalidade determina que a lei orçamentária anual compreenda todas as receitas e despesas dos poderes, dos órgãos, das entidades e das empresas controladas pelo setor público.

**16)** Julgue os itens abaixo em verdadeiro (V) ou falso (F) sobre os créditos adicionais. Em seguida, assinale a alternativa com a ordem correta das respostas.

( ) São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

( ) Os créditos suplementares são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

( ) O ato que abrir crédito adicional deverá indicar a importância, a sua espécie e a classificação da despesa.

a) F – F – F

b) V – V – F

c) V – F – V

d) V – F – F

e) F - V - F

**17)** A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO tem como objetivo:

a) definir metas gerais que devem ser incorporadas aos orçamentos dos anos seguintes.

b) definir metas e prioridades da administração pública que devem ser incorporadas pela LOA.

c) revisar a cada cinco anos as diretrizes gerais do governo que devem ser incorporadas aos Planos Plurianuais.

d) limitar os gastos com pessoal e custeio da máquina de acordo com tetos estabelecidos a cada cinco anos.

e) reduzir a descontinuidade do planejamento público, impondo a cooperação entre governos.

**18)** A receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício, estarão demonstrados:

a) no balanço financeiro.

b) no balanço orçamentário.

c) no balanço patrimonial.

d) no anexo do fluxo de caixa orçamentário.

e) na demonstração do resultado financeiro e do fluxo de caixa.

**19)** Os empenhos aplicáveis às despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica e os aplicáveis aos compromissos decorrentes de aluguéis classificam-se, respectivamente, em:

a) estimativos e globais.

b) estimativos e ordinários.

- c) globais e estimativos.
- d) ordinários e estimativos.
- e) ordinários e globais.

**20)** As fases da receita orçamentária e da despesa orçamentária em que há o reconhecimento contábil desses eventos pelas entidades do setor público são, respectivamente, as fases de:

- a) recolhimento e de liquidação.
- b) arrecadação e de empenho.
- c) recolhimento e de empenho.
- d) lançamento e de liquidação.
- e) arrecadação e de pagamento.

**CÓPIA DA GRADE DO CARTÃO RESPOSTA  
PARA CONFERÊNCIA**

|     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1.  | 2.  | 3.  | 4.  | 5.  | 6.  | 7.  | 8.  | 9.  | 10. |
| 11. | 12. | 13. | 14. | 15. | 16. | 17. | 18. | 19. | 20. |